

A REVOLUÇÃO RUSSA E O SISTEMA INTERNACIONAL

Rubens Ricupero

Para quem se interessa pela evolução do sistema internacional, a Revolução Russa aparece, acima de tudo, como momento de aguda heterogeneidade do sistema, só comparável, em mais de duzentos anos, à Revolução Francesa.

Em relações internacionais, homogeneidade tem muito a ver com o critério de legitimidade e os padrões de organização política, econômica e social das unidades que compõem o sistema. Nos séculos 17 e 18, o Antigo Regime europeu encarnou em alto grau a homogeneidade, pois todos subscreviam ao princípio dinástico como critério da legitimidade: legítimo era o governante que chegara ao poder de acordo com as regras de sucessão de cada dinastia.

As unidades eram monarquias com poucos limites institucionais ao poder dos soberanos, de estrutura econômica pré-industrial e socialmente organizadas segundo estamentos ou estados: nobreza, clero, terceiro estado. Mesmo o elemento de heterogeneidade criado pela Reforma Protestante do século 16 fora resolvido, após a Paz de Westfália de 1648, pela universalização do princípio *cujus regio ejus religio*, isto é, o súdito deveria seguir a religião de seu rei.

No interior dessa homogeneidade, a Revolução de 1789 detonou violenta carga de heterogeneidade. O poder explosivo do conceito rousseauiano de legitimidade oriunda do povo foi ampliado pela substituição da monarquia hereditária por uma república, o triunfo da burguesia sobre nobreza e clero, em meio às convulsões econômicas que conduziriam à Revolução Industrial.

Seguiu-se fase de 26 anos de guerra quase contínua, só entrecortada por breves tréguas, entre, de um lado, a Grande Coalizão englobando o sistema europeu, e a França revolucionária ou napoleônica, do outro. A derrota final de Napoleão abre caminho ao Congresso de Viena de 1815, do qual emerge o projeto de restaurar o mundo na sua anterior homogeneidade, objetivo expresso no título *A world restored*, o livro de Henry A. Kissinger.

60

O sonho de Metternich de congelar a Europa nos moldes legitimistas vai fracassar em longo prazo, mas o sistema internacional de Viena revelará insuspeitada combinação de estabilidade com flexibilidade. A evolução toma o lugar da revolução. Apesar da derrota das revoluções de 1830 e 1848, aos poucos, as idéias subversivas herdadas de 1789 e que inspiraram essas sublevações – o liberalismo, o constitucionalismo, a república, a doutrina das nacionalidades – passam a constituir o novo paradigma dominante. Muito do radicalismo original, da novidade violenta que caracterizaram tais posturas no momento traumático de sua irrupção no cenário histórico vai se adoçar ou domesticar no processo pelo qual se dá sua vitória sobre o Absolutismo e o Antigo Regime.

A crescente convergência em torno dessas idéias marca o triunfo da Europa burguesa, culminando na Grande Exposição Universal, que comemora em Paris cem anos da Revolução Francesa. A anfitriã da Exposição é a Terceira República, nascida da feroz repressão aos *Communards* de 1871 e cúmplice do *Affaire Dreyfus*, o que basta para indicar

o longo caminho de acomodações, traições e transformações percorrido desde a mãe de todas as revoluções.

A homogeneidade demoradamente fabricada ao longo de quase um século voará de novo em estilhaços por obra da Primeira Guerra Mundial e de suas conseqüências diretas ou indiretas: a chegada ao poder dos bolchevistas na Rússia e dos nazistas na Alemanha. O traço de união entre esses países com regimes tão díspares e até antagônicos é terem sido ambos excluídos e marginalizados do sistema restaurado em Versalhes, em 1919, sob a égide das três potências burguesas vitoriosas: Estados Unidos da América, cedo retornados ao seu relativo isolamento, e a Grã Bretanha e a França, a partir de então, garantes exclusivas da ordem encarnada na Sociedade das Nações.

Desde o Congresso de Viena de 1815, essa é apenas a segunda tentativa de reedificar um mundo destruído por guerra global que envolveu todos os atores do sistema. Será, de todas as reconstruções, a mais efêmera, mal durando vinte anos, o espaço de uma trégua tempestuosa, muito mais que de uma verdadeira paz.

Nas notas bibliográficas de seu livro citado, Kissinger refere-se a *The Congress of Vienna*, do célebre historiador diplomático Sir Charles Webster, como um estudo encomendado pelo Foreign Office em preparação à Conferência de Paz de Versalhes, “a fim de retirar as lições desse outro grande esforço de construção da paz”. E afirma de modo audacioso:

“A conclusão de Webster, segundo a qual um dos erros de Viena tinha sido o de permitir que a França tomasse parte na negociação e a aceitação de seu conselho para que não se repetisse o erro com relação à Alemanha provaram ser uma das ruínas do Tratado de Versalhes”.

Levando em conta a predisposição da França de Clemenceau, fortemente contrária a qualquer concessão à

Alemanha, não sei se não haveria exagero em dar tamanha importância ao conselho de um historiador diplomático como Webster. Contudo, a observação põe o dedo na questão central da legitimidade do sistema internacional. Na Introdução de sua obra, Kissinger a define como:

“[a] aceitação da moldura da ordem internacional por todas as maiores potências, ao menos na medida em que nenhum Estado se encontre tão insatisfeito que, a exemplo da Alemanha após o Tratado de Versalhes, exprima sua insatisfação numa política exterior revolucionária”.

E prossegue:

62

“Sempre que existir uma potência que considera opressiva a ordem internacional ou a maneira de legitimá-la, as relações entre ela e as outras potências serão revolucionárias, [isto é,] o que estará em jogo não será o ajuste de diferenças dentro de um sistema dado, mas o sistema mesmo”.

O que conta para o autor, por conseguinte, não é tanto o grau de heterogeneidade do sistema, em razão do caráter revolucionário da política interior de um de seus membros. O relevante é saber em que medida esse membro se resigna à ordem internacional vigente, dispondo-se a atuar dentro dela e de acordo com suas regras para eventualmente modificá-la, ou está disposto a destruí-la para realizar seus objetivos. Trata-se, em fim de contas, da velha dicotomia entre os partidários e os adversários do *status quo*, ou, como se dizia na França do século 19, o conflito entre o partido da resistência e o partido do movimento.

A partir dessa ótica, é concebível, embora raro na prática, descolar a intensidade revolucionária interna de certo regime da maneira como ele se insere no sistema interna-

cional, dependendo, é claro, da tolerância maior ou menor do sistema em relação ao elemento revolucionário.

É por isso que o exemplo avançado por Kissinger de “política exterior revolucionária”, isto é, da que põe em causa o sistema mesmo, é o da Alemanha nazista, não o da Rússia da Revolução. O que não deixa de soar como paradoxo, uma vez que o regime mais prometicamente ambicioso no sonho de reinventar de cabeça para baixo a vida, a sociedade, o mundo inteiro, é visto como menos contestatório para o sistema do que o Terceiro Reich, totalitário, mas acomodatório em relação à organização da economia e da sociedade de classes.

Essa constatação contrária também, de modo drástico, a percepção que tinham do papel internacional da Revolução Russa tanto seus autores e herdeiros quanto os contemporâneos e sucessores nas democracias parlamentares européias e nos Estados Unidos e que haveria de se prolongar por toda a duração da Guerra Fria. Vale a pena, assim, explorar os motivos históricos da diferença entre percepção e realidade.

63

Um dos motivos deriva da constante e, em muitos aspectos errônea, referência à Revolução Francesa, tomada pelos próprios bolchevistas como a Revolução por excelência, modelo e exemplo de destino histórico. Ora, as circunstâncias internacionais em que se deram as duas grandes revoluções foram acentuadamente diversas e explicam muito da diferença no comportamento de uma e outra em relação ao sistema envolvente.

A Revolução Francesa ocorre numa fase da história em que a França se encontrava em paz com os demais países europeus, após a conclusão, em 1783, da guerra contra a Grã Bretanha pela independência dos Estados Unidos da América. O conflito com a Áustria e a Prússia, prelúdio das coalizões continentais do futuro, começará apenas quase três anos depois da queda da Bastilha. A declaração de guerra de 20 de abril de 1792 pela França marca, como real-

çam os historiadores franceses, uma data crucial na história da Revolução porque é a guerra que provocará a ruína da realeza, o regime do Terror e, no devido tempo, a ditadura de Napoleão e o Império.

Cinco meses mais tarde, em Valmy, os prussianos eram derrotados por um exército de plebeus, ao brado de comando de Kellermann: “Vive la Nation!”. Goethe, testemunha da batalha, conta como, à noite, os oficiais prussianos, não tendo ânimo nem de acender uma fogueira, comentavam cabisbaixos a inesperada derrota. Não resisto à tentação de citar o trecho de sua *Campanha da França*: “Interpelaram-me para perguntar o que eu pensava de tudo aquilo”. Respon-di: “Deste lugar e deste dia data uma nova época na história do mundo e podereis dizer: eu estava lá”.

64

Com efeito, a partir de então, com avanços e recuos, as energias liberadas pela Revolução inaugurarão um período de mais de duas décadas de ofensiva das tropas francesas, chegando, em alguns momentos, a criar a impressão de uma hegemonia duradoura no continente europeu. Os golpes desferidos contra o Antigo Regime nos países ocupados ou próximos tornariam inviável o retorno à situação anterior, após a derrota definitiva de Napoleão em 1815.

Não é preciso muito esforço para demonstrar como foram diferentes as circunstâncias que cercaram a eclosão da Revolução num Império Russo exaurido por três anos de impiedosa Guerra Mundial e no qual as massas em revolta tinham, antes de tudo, um profundo anseio por paz a qualquer preço.

Em razão da guerra civil, das intervenções estrangeiras, das campanhas na Ucrânia, no Cáucaso, na Finlândia, nos países bálticos, contra a Polônia, a paz só chegaria finalmente em 1923, depois de oito anos de terríveis provações e quando o principal objetivo do regime revolucionário era o de assegurar a sobrevivência, inclusive com a colaboração de potências capitalistas.

Um país onde a colheita era a metade de antes da guerra, a produção industrial apenas um sétimo, no qual dez milhões de rações alimentícias diárias eram distribuídas, em março de 1922, pelos americanos e a Santa Sé, não podia obviamente nem sonhar com ser a ponta de lança da revolução mundial.

Aliás, a princípio, longe de crer que seriam os libertadores do proletariado europeu, os líderes bolchevistas esperavam salvação e ajuda justamente desse proletariado. Como escrevia Lenin em janeiro de 1918:

“Não há dúvida de que a revolução socialista deve suceder na Europa e que ela virá. Todas nossas esperanças de um triunfo decisivo do socialismo estão fundadas sobre essa certeza, essa previsão científica”.

É nesses dias tumultuosos que Trotsky obtém por 9 a 7 a aprovação do Comitê Central para política temerária, por ele descrita como “um ato único na história do mundo: cessamos a guerra sem concluir a paz; desmobilizamos o exército”.

Ao mesmo tempo, descreve seus objetivos como:

“Primeiro, chegar a uma cessação tão rápida quanto possível da vergonhosa e criminoso carnicaria que leva à ruína da Europa; segundo, ajudar por todos os meios [...] a classe operária de todos os países a derrubar a dominação do capital e a se apoderar do poder político”.

Trotsky vai sentir então na própria carne a diferença assinalada por Maquiavel entre os profetas armados e os desarmados: os alemães e turcos passam à ofensiva em todas as frentes e, um mês depois, em fevereiro, Lenin arranca em desespero do Comitê Central, por 7 a 4, a aceitação das draconianas condições de paz impostas por Berlim.

A decisão motiva a demissão de Trotsky do posto de Comissário do Povo para Assuntos Estrangeiros e põe ponto final à etapa romântica que ele havia inaugurado com a frase: “A Revolução não precisa de diplomatas. Lançarei algumas proclamações revolucionárias e, em seguida, fecharei o estabelecimento”.

Seu sucessor, Tchitcherine, declarará em Gênova, primeira conferência internacional de que participará o governo soviético:

“A delegação russa reconhece que neste estágio da história, que permite uma existência paralela da velha ordem social e da nova que acaba de nascer, a colaboração econômica entre os Estados representando os dois sistemas de propriedade é um imperativo fundamental da reconstrução econômica do mundo”.

66

Segundo comenta André Fontaine na *Histoire de la Guerre Froide*, de onde retirei a maioria dessas citações, é curta a distância que separa o conceito de “existência paralela” de Tchitcherine, da idéia de “coexistência pacífica” de Krushev.

Só de maneira gradual vai ganhar forma o dilema descrito por Trotsky nos seguintes termos:

“Revolução permanente ou Socialismo num só país, essa alternativa abrange os problemas interiores da União Soviética, as perspectivas das revoluções no Oriente, e finalmente a sorte de toda a Internacional comunista”.

Observa André Fontaine que, apesar da radicalidade da fórmula, Trotsky em momento algum se tinha oposto à conclusão da paz com a Finlândia, a Polônia, a Turquia, os Estados bálticos, nem ao estabelecimento de relações comerciais com a Inglaterra ou a Alemanha.

Derrotado Trotsky, Stalin afirmará perante o XV Congresso do Partido, em dezembro de 1927: “ a guerra contra o mundo capitalista é inevitável”. Ela poderá, no entanto, ser retardada

“até que a revolução proletária amadureça na Europa, ou se desencadeiem as revoluções coloniais, ou ainda até que os países capitalistas se batam entre eles para a partilha das colônias”.

Como se vê desse rápido apanhado, a política soviética em relação ao sistema internacional é complexa e ambivalente, transigente na tática, revolucionária na estratégia e na retórica para consumo externo e do Partido. Ditada na origem por fraquezas e necessidades objetivas, visava a ganhar tempo, na linha do discurso de Lenin em defesa da ratificação do Tratado de Brest-Litovsk, de 1918: “A História nos mostra que a paz é uma trégua para a guerra, a guerra é um meio de obter uma paz um pouco melhor”.

67

A reconciliação dessas tensões se fará de modo engenhoso pela distinção entre Estado e Partido. Enquanto o primeiro entra no jogo da diplomacia e do sistema internacional, o segundo mantém vivo o ideal da Revolução mundial por meio da III Internacional, do Comintern, seu escritório permanente de ligação com os demais partidos comunistas, e, mais tarde, do Cominform.

Participar ou não do sistema é questão de conveniência, a ser decidida em cada caso. Por exemplo, ao discutir-se em Haia, após a conferência de Gênova, o problema pendente criado pelo confisco soviético das propriedades estrangeiras, o delegado britânico reclamou que a questão fosse submetida à arbitragem internacional. Indagou com dramaticidade se acaso seria impossível encontrar no mundo inteiro um só árbitro que fosse capaz de ser imparcial na questão. A isso, Litvinov, adjunto de Tchitcherine e seu futuro sucessor,

redargüiu: “O problema é que não há um só mundo, mas dois, um mundo soviético e um não-soviético”.

A idéia da existência de dois mundos com valores e critérios opostos e irreconciliáveis reapareceria na Guerra Fria na doutrina propagada por Dimitrov, líder máximo do Cominform, de que o mundo estaria dividido em dois blocos incompatíveis, o do socialismo e o do capitalismo.

Nada disso impediu que Stalin participasse do sistema quando lhe convinha. A participação se exerceria nas formas mais variadas, como o ingresso na Sociedade das Nações, o Pacto Molotov-Ribbentrop para a partilha da Polônia e a ocupação dos países bálticos, a aliança contra o Eixo com os ocidentais após a invasão nazista da URSS e a edificação de nova ordem internacional após a vitória em 1945.

68 Antes de chegar a esse ponto na história, é bom voltar a salientar que a destruição do sistema da Sociedade das Nações e de Versalhes será obra não da URSS, mas da Alemanha hitlerista, potência revolucionária no sentido de Kissinger, quer dizer, “que possui a coragem de suas convicções, que está disposta, até ansiosa, a empurrar seus princípios até às últimas conseqüências”.

Aliás, não deixa de ser curiosa a coincidência de que 1934, quando Hitler se retira da Sociedade das Nações, é o mesmo ano em que a URSS é admitida à Liga, selando de certa forma sua recém-conquistada “respeitabilidade”.

A União Soviética não só não destruiu o sistema de entre-guerras, mas terminaria por contribuir de modo relevante para o terceiro exercício de reconstrução da ordem internacional que se registra desde a primeira dessas reedificações, ocorrida no Congresso de Viena.

Dado o papel decisivo que teve na derrota do Eixo, Moscou não poderia ser excluída desse esforço, no qual seu interesse principal era fazer reconhecer e consolidar os ganhos que teve no final do conflito: reincorporação dos três países bálticos, imposição de regimes comunis-

tas da Polônia à Tchecoslováquia, ocupação de metade da Alemanha e de Berlim, aumento da área de influência soviética no Extremo Oriente, em especial na China e na península coreana.

Na outra metade da reconstrução da ordem institucional – a criação da Organização das Nações Unidas, como órgão supremo em matéria política e jurídica e o estabelecimento de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para regulamentar a economia e as finanças – o interesse de Stalin foi sempre parcial e seletivo.

De modo geral, os soviéticos participam da construção dos órgãos políticos da ONU, mas se abstêm de tomar parte na reedificação de uma ordem econômica inspirada em princípios capitalistas. Foi esse o caso das organizações instituídas na conferência de Bretton Woods (1944) e do Gatt, criado alguns anos depois (1947-1948). Quanto ao Plano Marshall, Stalin a princípio hesita, envia delegação à primeira reunião, mas acaba por recusar, pressionando a Finlândia, inserida na sua área de influência, e a Tchecoslováquia, ainda antes da conquista do poder pelos comunistas, a acompanharem a União Soviética na rejeição.

A reconstrução institucional é a de São Francisco – Bretton Woods, a da expansão da esfera de dominação e influência corresponde a Yalta-Potsdam.

No seu feroz realismo, Stalin nunca escondeu o desprezo pela primeira modalidade. Certa ocasião, em Moscou, perto do fim da guerra, o Ministro inglês do Exterior, Anthony Eden, perguntou-lhe por que havia assinado proclamações de princípios democráticos como a Declaração sobre a Europa Liberada se não tencionava cumpri-las nas áreas ocupadas pelo Exército Vermelho.

Stalin começou por lembrar o acordo sumário, em meia folha de papel, que havia fechado com Churchill, acerca das porcentagens de influência que caberiam à Grã Bretanha na Grécia (90%) e à URSS na Romênia (90%) e assim

por diante nos demais países da região. A isso intitulava de “aritmética prática”. Depois, comentou: “Para mim, declarações são como álgebra. Embora não tenha nada contra a álgebra, prefiro mil vezes a aritmética prática”.

Podem parecer inesperado do ponto de vista do chamado senso comum, mas o fato é que a parte “realista” e aritmética dos arranjos de pós-guerra foi a que se revelou mais efêmera. Apenas 44 anos depois de Potsdam, a queda do muro de Berlim faria com que tudo se dissolvesse no ar: divisão de Berlim, da Alemanha, reunificação alemã dentro da OTAN, colapso, um por um, de todos os regimes do “socialismo real” na Europa Central e do Leste e, por fim, desintegração da própria União Soviética, cortina final da Revolução de 1917.

70

Faltou a essa parte da obra de reconstrução a legitimidade do livre consentimento das nações incluídas na esfera soviética. Tem até certa ironia que o erro haja sido cometido pelo georgiano Joseph Djugachvili, autor de *O marxismo e a questão nacional* e maior especialista do Partido no problema das nacionalidades...

Em contraste, o sistema institucional nascido principalmente da iniciativa de Franklin Delano Roosevelt vem revelando surpreendente capacidade de flexibilidade e resistência. Passaram mais de 62 anos desde São Francisco e o sistema onusiano sobreviveu à Guerra Fria, às guerras da Coreia e do Vietnã, à tomada do poder na China pelos comunistas, à crise de mísseis de Cuba e à de Berlim, aos conflitos do Oriente Médio. Esse mesmo sistema presidiu à maior vaga de descolonização da história, a registrada na Ásia, na África e no Caribe, o que lhe permitiu passar de pouco mais de 50 a 192 membros e de ser, assim, a primeira organização internacional da história a atingir composição praticamente universal.

Foi capaz de absorver até o extraordinário cataclismo da derrocada do socialismo real na URSS e aliados. Esse desloca-

mento é comparável, em termos da importância de suas conseqüências, aos provocados pelas duas guerras mundiais. Seu grau de violência foi, todavia, muito menor, exceto em áreas localizadas do Cáucaso e nos choques sangrentos derivados da dissolução da Federação Iugoslava, questão encruada desde a Primeira Guerra Mundial. Anteriormente, no início dos anos de 1970, soubera acomodar, sem maiores abalos nem crises, a ascensão a lugar permanente no Conselho de Segurança de uma China recém-saída da Revolução Cultural.

Os historiadores revisionistas da Guerra Fria sempre sustentaram que, apesar da agressividade exterior e dos temores que despertou, a política exterior soviética se caracterizava, antes de tudo, pelo oportunismo e o prudente cálculo da correlação de forças. Sua insatisfação com a ordem vigente – à qual devia, aliás, enorme expansão de influência – nunca chegou ao ponto de querer destruí-la. Nos momentos críticos como o da crise de Cuba de 1962, a URSS invariavelmente recuou.

Já antes, em 1957, Moscou repudiara, chocando-se com a opinião da China de Mao, o dogma da inevitabilidade da guerra contra as potências capitalistas. A verdade é que, independentemente das intenções subjetivas de Stalin e sucessores, as armas nucleares e a “destruição mutuamente assegurada” ou MAD tornavam impensável o recurso à guerra para destruir o sistema internacional pela força. A alternativa era ganhar tempo. Nesse jogo de espera, o regime saído da Revolução que hoje completa noventa anos demonstrou menor vitalidade e capacidade de durar que o sistema internacional criado com sua colaboração em 1945, até hoje fundamentalmente em vigor.

A reunificação de Berlim, da Alemanha, da Europa põe término ao sistema fragmentado e bipolar da Guerra Fria. Essa liquidação culmina no momento em que todas as antigas unidades do bloco socialista europeu, inclusive as bálticas, são incorporadas à União Européia. As

fronteiras da Europa unida se estendem agora do mar do Norte ao Negro, do Atlântico ao Báltico e tocam as da Federação Russa. Passa a ser uma lembrança cada vez mais esfumada a Cortina de Ferro, que, na célebre frase de Winston Churchill, tinha descido inexoravelmente de Sttetin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, cortando o continente em dois.

A paralela evolução da China e, na prática, o fim do comunismo real, salvo remanescentes cada vez mais isolados como Cuba e Coréia do Norte, alimentam a ilusão do “fim da História”, do desaparecimento de alternativas de organização política e econômica ao binômio democracia representativa-economia de mercado.

72

De fato, o término da Guerra Fria teve o efeito de promover o verdadeiro “degelo” do famoso romance russo de Ehrenburg: um a um, inúmeros problemas internacionais que pareciam congelados para sempre passaram a encontrar solução. A tendência ao desatamento dos nós contagiou até questões intratáveis e em aparência sem ligação direta com a disputa ideológica, como o “apartheid” sul-africano.

O sistema volta a apresentar tendência geral à convergência e à integração, poderosamente impulsionadas pela globalização econômica e tecnológica: a unificação dos mercados para o comércio, os investimentos, os fluxos financeiros, a organização da produção em escala planetária por obra das transnacionais, a extraordinária facilitação e barateamento das comunicações entre pessoas e culturas promovidas pela internet e a revolução nas telecomunicações.

Esses fenômenos geraram resultados inesperados. Um deles é a simbiose criada entre a China, destinatária de investimentos das multinacionais que a converteram em oficina manufatureira do mundo e os EUA, origem de boa parte desses capitais, mercado para os produtos

chineses e dependente de Beijing para financiar seu déficit externo.

Na hora em que baixou a cortina do derradeiro ato da Revolução de 1917, foram as instituições do sistema internacional – ONU, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – que guiaram a transição da União Soviética para a Federação Russa. A manutenção desta última como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mesmo na fase de mais agudo enfraquecimento do poderio russo, nos primeiros anos da década de 1990, não deixa de lembrar a sábia reincorporação da França ao Concerto Europeu no Congresso de Viena.

Por outro lado, a extraordinária transformação da China, sua pragmática utilização das relações econômicas com países capitalistas a fim de dinamizar o desenvolvimento da economia e do poder nacional, constitui uma variante original do complexo relacionamento da URSS com o sistema internacional. Inspirado na Revolução de 1917 e, em certas fases, de um radicalismo ainda mais intransigente em relação ao sistema, o regime maoísta foi, no início e durante longo tempo, o principal bastião da tese da inevitabilidade da guerra contra o sistema dominado pelo Ocidente capitalista.

Quando finalmente mudou, sua metamorfose foi mais surpreendente e de muito maior êxito prático, realizando integração completa e bem sucedida no sistema. É interessante notar, por exemplo, que até hoje, a Federação Russa não conseguiu terminar as negociações para seu ingresso na Organização Mundial de Comércio (OMC). Em contraste, a China não só foi admitida à organização, mas já se converteu praticamente na segunda ou primeira potência comercial do mundo.

Se voltarmos assim o olhar para esse sistema internacional que demonstrou tamanha flexibilidade e capacidade de adaptação e de acomodação de potenciais contesta-

dores, não se identifica, hoje em dia, nenhuma potência maior cuja insatisfação assuma forma realmente revolucionária. Dentre os países mais poderosos, o mais insatisfeito é a Federação Russa, em reação compreensível à perigosa política americana de manter viva a Aliança Atlântica e empurrá-la até o coração da ex-URSS, multiplicando provocações como a construção de barreiras antimísseis na periferia russa.

O verdadeiro símbolo atual de contestação ao sistema é o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, mecanismo central do congelamento do poder estratégico mundial. Os desafiantes – Coreia do Norte, Irã, no passado recente o Iraque de Saddam Hussein – são potências de segunda ordem. A primeira tem sido exorcizada por pressões diplomáticas. Contra a segunda pesam ameaças de atos de força como o que destruiu o regime iraquiano.

74

O mais radical desafio ao sistema como um todo provém não de atores estatais, mas do movimento fundamentalista islâmico e suas variantes terroristas. Seria subverter o sentido da palavra revolução dar esse nome prestigioso aos que sonham em restabelecer o Califado de Bagdá, mas eles certamente gostariam, se pudessem, de mandar o sistema pelos ares.

Nem o sistema, nem seus membros conseguiram até agora atinar com métodos adequados para lidar com esse tipo novo de ameaça oriunda de atores não-estatais. Da mesma forma, não se alcançou solução satisfatória para os exemplos restantes de situações cuja legitimidade é fortemente contestada por um ou muitos países.

Dos casos mais notórios – Taiwan, o regime da Coreia do Norte, Caxemira, as fronteiras e até a própria existência de Israel – os dois primeiros são remanescentes da Guerra Fria. O de maior potencial explosivo, no entanto, é o de Israel, cuja legitimidade contestada é simbolizada por outro muro.

Diante dessa variedade de problemas, o sistema onusiano se encontra enfraquecido pelo golpe sofrido com a invasão do Iraque em violação à Carta das Nações Unidas. Além do episódio em si, o gesto possui gravidade particular por evidenciar tendência que se acentua ao longo de muitos anos: o crescente abandono pelos Estados Unidos da América do sistema de segurança coletiva, que esse mesmo país criou em 1945 e constitui a essência da ordem pós-Segunda Guerra.

Não é este o lugar para tratar do tema. Não há, porém, como escapar à impressão de um sistema internacional que perdeu, em boa medida, o apoio e os recursos da potência hegemônica que o inventou. Num mundo em que talvez a maior de todas as ameaças seja a de catastrófica mudança climática, uma situação como a atual explica muito do sentimento de uma insatisfação generalizada com os imperfeitos mecanismos de sistema internacional necessitado de profunda reforma legitimadora.

Sabemos agora que a brilhante civilização européia da *Belle Époque* era um ovo de serpente que incubava a Grande Guerra, a Revolução Russa e o nazi-fascismo. A era das revoluções talvez tenha passado, mas os sintomas mórbidos que nos cercam apontam para a existência de potencial destrutivo capaz de gerar novos e perigosos desafios para o sistema internacional que resistiu ao impacto do marxismo revolucionário do século XX.

Rubens Ricupero

é diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e do Instituto Fernand Braudel de São Paulo. Foi embaixador do Brasil nas Nações Unidas e secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

Referências bibliográficas

FONTAINE, A. 1967. *Historie de la Guerre Froide*. Paris: Fayard.

KISSINGER, H. 1973. *A world restored: Europe after Napoleon*. Gloucester, Mass.: Peter Smith.



A REVOLUÇÃO RUSSA E O SISTEMA INTERNACIONAL

RUBENS RICUPERO

Tomando-se como ponto de partida a análise de Henry Kissinger sobre o assunto, é concebível, embora raro na prática, distinguir a intensidade revolucionária interna de certo regime da maneira como ele se insere no sistema internacional, dependendo, é claro, de sua maior ou menor tolerância em relação ao elemento revolucionário. É por isso que o exemplo dado por Kissinger de “política exterior revolucionária”, isto é, da que põe em causa o sistema mesmo, é o da Alemanha nazista, não o da Rússia da Revolução. Essa constatação contraria a percepção que tinham do

papel internacional da Revolução Russa tanto seus autores e herdeiros quanto os contemporâneos e sucessores nas democracias parlamentares européias e nos Estados Unidos e que haveria de se prolongar por toda a duração da Guerra Fria. Vale a pena, assim, explorar os motivos históricos da diferença entre percepção e realidade.

Palavras-chave: Sistema internacional; Revoluções; Revolução Russa; Primeira Guerra Mundial; União Soviética.

THE RUSSIAN REVOLUTION AND THE INTERNATIONAL SYSTEM

Out of Henry Kissinger's analysis about the subject, it is conceivable, though rare in practice, to distinguish the internal revolutionary intensity of a country's political rule from the way it finds a room in the international system – depending, of course, on the level of flexibility that the system itself affords to the revolutionary element. That is why Kissinger gives Nazi Germany as an instance of “revolutionary external policy”, and not revolutionary Russia. That contradicts the perception of their own protagonists and heirs as well as the contemporary observers, and their successors, of the European parliamentary democracies and the United States – a view resilient enough to persist along all the Cold War era. So that it is worthwhile to explore the historical reasons of the break between perception and reality.

Keywords: The international system; Revolutions; The Russian Revolution; The Great War; The Soviet Union.